

Meu partido é o Rio Grande? Pontuação e ensino pelos caminhos da Análise do Discurso

Marilei Resmini Grantham¹

Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil

Resumo: Este texto estuda a pontuação sob os princípios teóricos da Análise do Discurso, e, de forma específica, o ponto de interrogação. Toma como objeto de reflexão dois enunciados: “Meu partido é o Rio Grande?” – Título de um artigo publicado na Zero Hora em 2015² e escrito por Jeferson Fernandes, deputado estadual do PT na época – e o slogan “Meu partido é o Rio Grande”, proposto na campanha a governador do Rio Grande do Sul, em 2014, pela equipe de José Ivo Sartori. O objetivo do trabalho é mostrar que o processo discursivo da leitura e os diferentes gestos de interpretação se desenrola entre sujeitos ideologicamente determinados e sob efeito da memória discursiva. É assim também que uma interrogação pode ser pensada, lida e interpretada para muito além do que nos permitiria um estudo tradicional.

Palavras-chave: Pontuação; Interrogação; Leitura; Interpretação.

Title: My party is Rio Grande. Punctuation and Teaching through the Discourse Analysis

Abstract: This text studies the punctuation under the theoretical principles of Discourse Analysis, and, specifically, the question mark. It takes as an object of reflection of two statements: "My party is Rio Grande?" – title of an article published in Zero Hora in 2015 and written by Jeferson Fernandes, PT state deputy at that time – and the slogan "My party is Rio Grande", proposed in the campaign to governor of Rio Grande do Sul, in 2014, by the team of Mr. José Ivo Sartori. The target of the work is to demonstrate that the discursive process of reading and the different gestures of interpretation unfolds between ideologically determined subjects and under the effect of discursive memory. It is also that an interrogation can be thought, read and interpreted far beyond what would allow a traditional study.

Keywords: Punctuation; Question; Reading; Interpretation.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: grantham@vetorial.net.

² Fonte: <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/01/26/artigo-meu-partido-e-o-rio-grande/>. Acesso em: 25 de maio de 2015.

Introdução

Neste texto, tendo como norte os princípios teóricos da Análise do Discurso (AD), trago à baila o tema da língua, articulando-o ao da pontuação – e de forma especial da interrogação – procurando refletir sobre o ensino dessas noções em uma perspectiva discursiva.

Com tais objetivos, tomo como objeto de reflexão o enunciado “Meu partido é o Rio Grande?”, título de um artigo publicado na Zero Hora de 26 de janeiro de 2015³ e escrito por Jeferson Fernandes, deputado estadual do PT. Tal enunciado retoma, de forma interrogativa, como o próprio autor deixa claro no texto, o slogan “Meu partido é o Rio Grande”, proposto na campanha a governador do Rio Grande do Sul, em 2014, pela equipe de José Ivo Sartori⁴, candidato que se apresentou à população como representante de um novo modo de fazer política, de fazer política “com o coração”, sem atacar ninguém, sem ser “anti-ninguém”.

Slogan e enunciado-título, como se pode notar, só se diferenciam pela presença do ponto de interrogação. O próprio autor, Jeferson Fernandes, (2015), afirma, no início de seu texto: “O atual governador José Ivo Sartori ganhou a eleição utilizando esse slogan, sem o ponto de interrogação acrescentado no título”. Segundo ele, esta era uma afirmação simpática ao senso comum, que estaria de acordo com a ideia de que partido é uma instituição não merecedora de crédito. Acrescenta o autor: “Irremediavelmente embutida no slogan, estava a premissa de que, uma vez eleito, não utilizaria o espaço público para acomodar partidos em detrimento do interesse do conjunto da população.”

O que me interessa então com este trabalho, como analista de discurso, é colocar em questão o fato de que um conceito tradicional de língua ou de pontuação não daria conta de um enunciado como este.

Desejo também reforçar a ideia de que, de forma diferente dos estudos tradicionais de linguagem e da análise de conteúdo, segundo os quais o que importa seria responder à questão “*o que este texto quer dizer?*”, para a Análise do Discurso a questão que se coloca não é descobrir *o que o texto quer dizer*, mas trabalhar o texto para descobrir *como* ele significa. E isso já abre possibilidades para pensar em um modo diferente sobre ensino de língua e de pontuação.

³ Fonte: <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/01/26/artigo-meu-partido-e-o-rio-grande/>. Acesso em: 25 de maio de 2015.

⁴ José Ivo Sartori, ex-prefeito de Caxias do Sul, foi oficializado candidato ao governo do Rio Grande do Sul nas eleições de 2014 pela coligação *O Novo Caminho para o Rio Grande* em 29 de junho de 2014. No primeiro turno, ocorrido em 6 de outubro, ele recebeu 2,4 milhões de votos, classificando-se para o segundo turno com o governador Tarso Genro, candidato do Partido dos Trabalhadores. Em 26 de outubro, Sartori foi eleito governador com 61% dos votos válidos.

A partir dessas premissas, meu desejo é analisar esse enunciado-título ratificando os preceitos da Análise do Discurso quanto ao fato de que é possível uma abordagem e um ensino que se estenda para além das questões formais.

Língua: do formal ao discursivo

Quando se trata de tentar conceituar língua, é possível falar, por exemplo, em sistema de signos, em normas, em regras formais. É possível interessar-se apenas em descrever o sistema fonológico, morfológico ou sintático da língua. Mas é possível também interessar-se pela língua na produção dos sentidos. É isso que faz, por exemplo, a Análise do Discurso. Para a AD, a língua é considerada fato social e está ligada à exterioridade, à ideologia e ao inconsciente. É por isso que essa teoria possibilita considerar as muitas maneiras de significar e permite analisar não somente a língua, mas deslizar para a dicotomia língua / discurso.

Lembro então Pêcheux e Fuchs (1975, p. 172), quando, examinando a relação entre discurso e língua, afirmam: “Estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido”.

Pêcheux, (1969, p. 82), buscando instaurar os fundamentos da Análise do Discurso francesa, e trabalhando a relação língua-discurso-ideologia, vai dizer que o discurso é a materialidade específica da ideologia, e que a materialidade específica do discurso é a língua. A língua, assim, é que produz sentidos por e para os sujeitos. O texto, nesta perspectiva, passa a ser a unidade de análise do discurso, a materialidade linguística pela qual se tem acesso ao discurso. Deste modo, a cada prática discursiva coloca-se em causa a fronteira entre o linguístico e o discursivo, pois as condições materiais de base resultam da relação, historicamente determinada, com processos discursivos sedimentados.

O exame desses conceitos permite dizer que, em uma visão como a da AD, juntam-se língua, leitura e interpretação, pois a leitura é o gesto de interpretação em que o sujeito, atribuindo sentido às palavras de um outro, passa a atribuir sentido às suas próprias palavras, sob outras condições, apagando as condições em que foram produzidos os outros sentidos.

A partir de tais considerações, parece evidente que a AD não trata da gramática, nem da língua, nem do texto em si. Ela trata do discurso. De um discurso que é pensado como lugar social em que se observa a relação entre língua e ideologia. Por isso, nessa concepção, não se busca “o” sentido, mas se procura perceber a língua funcionando para a produção “dos” sentidos.

Meu partido é o Rio Grande?

Como afirma Orlandi:

Assim, a primeira coisa a se observar é que a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. (ORLANDI, 1999, p. 15-16)

Desta forma, a noção de língua que a AD considera, lembra Orlandi, leva em conta “os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer.” (ORLANDI, op. cit., p. 16)

É por isso que, ao adotar uma perspectiva discursiva, o trabalho é com o discurso, como um objeto sócio-histórico, e não com a língua fechada nela mesma, como na Linguística. Neste tipo de abordagem teórica, o linguístico intervém como pressuposto, mas o objeto é o discurso.

Pontuação: algumas palavras

Da mesma forma que a língua, também a pontuação pode ser abordada sob diferentes perspectivas.

Examinando a noção de sinais de pontuação na perspectiva linguística, encontro esse conceito, de forma geral, ligado a ideias de coerência e coesão dos textos, entonação da voz, pausas etc. Vejamos o que diz Cegalla:

Tríplice é a finalidade dos sinais de pontuação: a) assinalar as pausas e as inflexões da voz (a entonação) na leitura); b) separar palavras, expressões e orações que devem ser destacadas; c) esclarecer o sentido da frase, afastando qualquer ambiguidade. (CEGALLA, 2010, p. 428)

De forma geral, e simplificando muito, pode-se dizer que uma das suas funções principais é a de estabelecer vínculos, seja entre as palavras, seja entre as frases, seja entre um texto e outros textos, seja entre os discursos.

Cito ainda Catach, autora que pensa na pontuação para além do linguístico, e diz que “esses sinais são palavras sem palavras, verdadeiras histórias sem palavras” (CATACH, 1980, p. 4). Ou ainda: “a informação que fornecem esses sinais são como uma presença-ausência” (Ibidem, p.17).

Assim, para Catach, o grande mistério da pontuação é sua função de “colocar em cena”: semelhante a uma partitura musical, com suas notas e seus silêncios, ela é a voz e o gesto, ela dá profundidade à palavra escrita, atestando que nós falamos com outras coisas além de palavras, com nossas mãos, com todo nosso corpo. Mas, o mais importante, em relação à pontuação, é que esses sinais são ideográficos, ou seja, são diretamente portadores de sentido. É isso que permite considerá-los como “guias do sentido” e “luzes das palavras”, o que implica considerá-los também como instruções para os leitores.

As colocações de Catach permitem passar para um plano discursivo e pensar nos sinais de pontuação como carregados de significados que não chegam a ser expressos pelo sujeito-autor e que, uma vez colocados em contato com o leitor, passam a ser por ele trabalhados.

A pontuação, nesta perspectiva, traz sentidos que são produzidos sem palavras e que são trabalhados, pelo processo discursivo da leitura, por leitores determinados ideologicamente e sujeitos ao interdiscurso, aos efeitos da memória discursiva. O trabalho do leitor, assim, se dá justamente sobre o interdiscurso, a memória do dizer, que é responsável pelo resgate da presença-ausência representada pelos sinais de pontuação. Neste sentido, a presença-ausência aponta para aquilo que é dito mesmo sem palavras, o que significa que há uma memória que retorna sobre o mesmo, sobre os sentidos já produzidos.

Acredito, portanto, que, se esses sinais podem ser considerados como “instruções” para os leitores, é no sentido de que indicam lugares de interpretação para os leitores, abrem para eles os caminhos para a leitura. Assim, se ali não existe um sentido “pronto”, existe, no mínimo, uma instrução para a produção desse sentido.

Passo, neste ponto, a realizar um gesto de análise do enunciado-título “Meu partido é o Rio Grande?”, através do qual, espero, essas questões fiquem mais esclarecidas.

Um gesto de análise

Diante do enunciado-título – “Meu partido é o Rio Grande?” – proponho então pensarmos em duas formas possíveis (entre outras) de analisá-lo.

A primeira forma seria a perspectiva tradicional: tratar o enunciado como uma frase interrogativa, cuja intenção é perguntar, e dizer que é essa a função do ponto de interrogação.

A segunda forma seria adotar uma perspectiva discursiva e, já de arrancada, abandonar a ideia da simples “intenção” de perguntar. Sigo então por este caminho. E trato os sinais de pontuação como sinais. Mas *sinais discursivos*. Ao adotar tal designação, estou dizendo o seguinte: a pontuação, na minha perspectiva, é constituída por sinais materializados graficamente, visíveis, detectáveis materialmente. Esses sinais indicam, para

Meu partido é o Rio Grande?

o leitor, um lugar propício a movimentos de interpretação, a gestos de leitura. Pelo não-verbal, pelo silêncio, pela ausência de palavras, significam. Sinalizam.

É a partir dessas convicções que examino o enunciado “Meu partido é o Rio Grande?”.

Recupero, neste ponto, um dos fundamentos da Análise do Discurso: a noção de repetição. Para a AD, a repetição possibilita que o sujeito retome um já-dito, podendo ratificar o sentido já produzido, ou provocar deslizamentos em relação ao sentido que foi posto, ou afastar-se desse sentido, provocando rupturas, contradições. Isso acontece porque nenhum dizer é propriedade particular, porque as palavras não são só nossas, mas significam pela história e pela língua, porque o que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. Assim, o reconhecimento ou o esquecimento do discurso-outro vai depender do trabalho do sujeito-leitor.

Nesta perspectiva, o enunciado “Meu partido é o Rio Grande?” pode ser considerado como um gesto de leitura do slogan “Meu partido é o Rio Grande”, proposto na campanha a governador do Rio Grande do Sul, em 2014, pela equipe de José Ivo Sartori. É esse processo de repetição que passo a examinar a partir daqui.

Meu partido é o Rio Grande

Pensando, mais uma vez, que existem diferentes formas de considerar a língua, imagino, para o slogan “Meu partido é o Rio Grande”, duas formas de análise.

A primeira forma pode ser uma análise puramente gramatical: podemos dizer que se trata de uma frase afirmativa, isto é, uma frase que serve para afirmar, declarar alguma coisa; é possível dizer também que o enunciado é uma frase verbal que tem um sujeito (meu partido), um verbo de ligação (é) e um predicativo (o Rio Grande).

A segunda forma, discursiva, descarta levar em conta somente o verbal, mas analisa as condições de produção do texto, sua materialidade. Vamos lá, então.

No texto de campanha de Sartori as cores predominantes são as da bandeira do Rio Grande do Sul: verde, amarelo e vermelho. Nesta representação, as cores produzem um efeito de identificação de Sartori com o Rio Grande do Sul: o candidato passa a ser verde, amarelo e vermelho. Acontece uma espécie de fusão entre o sujeito e aquilo que ele se propõe a representar; é como se o candidato deixasse de pertencer a um partido político para assumir, como seu partido, o seu Estado. Isso coloca, por consequência, algumas perguntas: o candidato Sartori não é filiado a um partido político? Ele é contra todos os partidos políticos? Ele é contra algum partido, especificamente? Os outros candidatos não trabalhariam pelo Rio Grande?

Sabemos que, na materialidade discursiva, através da língua, encontra-se a relação entre língua e história, entre simbólico e político. E, ao analista do discurso, cabe trabalhar a forma material, operando com noções como a paráfrase, a polissemia, a metáfora, o equívoco. Assim, é possível dizer que “Meu partido é o Rio Grande” é um enunciado a partir do qual podemos reconstruir a parte apagada, já que o processo eleitoral para governador do Rio Grande do Sul, em 2014, teve como principais concorrentes Ivo Sartori (PMDB) e Tarso Genro (PT).

Tal fato leva a reconhecer um confronto entre duas formações discursivas: uma FD1, de direita, a de Sartori; e uma FD2, de esquerda, a de Tarso Genro.

Tal constatação conduz a possíveis paráfrases do slogan (FD1):

Meu partido é o PMDB / Meu partido não é o PT.

Tais paráfrases possuem ainda algumas características: a) antagonismo entre dois termos dentro do saber da FD de direita (PMDB x PT); b) uso contrastivo da cópula de identificação (é / não é). Repara-se, assim, no interdiscurso, uma oposição entre dois elementos, em que os enunciados desvelam a contradição entre dois domínios de saber de FDs antagônicas.

Na primeira, a FD1, a palavra “partido” reveste-se de um sentido apartidário, de ausência de sigla política e ganha um sentido de ideal, motivação, transformação social. Com esse modo de dizer, omite-se a filiação do candidato a um partido de direita, o PMDB. Deixar de mencionar a filiação partidária, portanto, é uma forma de produzir um efeito de evidência de um saber – querer somente o bem de seu Estado – que desqualifica o discurso do outro, o partido do outro. E de tentar produzir um sentido de que, na FD antagônica, a FD2, não há interesse pelo Rio Grande, que o que importa sobretudo é o partido político, que não se faz política por ideal, mas por interesses próprios etc.

A omissão da filiação partidária na FD1 acaba também por produzir um jogo de paráfrases que produzem efeitos de sentidos: Eu não tenho interesse em partidos políticos. / Meu interesse é o Rio Grande do Sul. / Eu trabalho pelo meu Estado.

Ao mesmo tempo, a omissão cria um jogo de paráfrases antagônicas que desqualificam o partido e o discurso do outro, da FD2: Eu tenho interesse nos partidos políticos. / Meu interesse não é o Rio Grande do Sul. / Eu não trabalho pelo meu Estado.

Observando o slogan de Sartori, e pensando que a pontuação é inerente às frases, aos períodos, permito-me pensar ainda que, embora ele não seja marcado materialmente por nenhum sinal de pontuação, é possível reconhecer ali uma ideia de fechamento, como se houvesse um ponto final. Busco apoio então em Orlandi (2001, p. 116), quando a autora afirma que um ponto final “funciona imaginariamente como um signo de acabamento (impossível).”

Assim, dotado da ilusão de ser dono do que diz, de ter controle sobre os sentidos, o sujeito-autor do slogan “fecha” seu discurso e produz um efeito de ponto final, embora não

Meu partido é o Rio Grande?

o materialize. Como os sentidos não são controlados, no entanto, e como todo dizer é incompleto e aberto, o slogan é submetido a gestos de leitura e de interpretação. E, em um desses gestos, ele é reescrito como “Meu partido é o Rio Grande?”, que passo a examinar.

Meu partido é o Rio Grande?

Analisando este enunciado, considero, em primeiro lugar, que a interrogação aponta para algo que falta no intradiscurso, marca algo que não é dito ali. No meu entender, a interrogação marca um espaço de silêncio. A esse tipo de silêncio denominei, em meu trabalho de doutorado, publicado em 2009, de *discurso de injunção*: um discurso em que o sujeito abdica do direito de dizer e sinaliza pela interrogação.

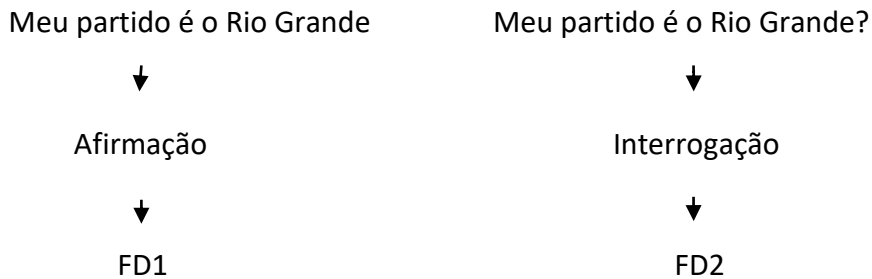
Dito de outra forma: a presença da interrogação aponta, no nível do intradiscurso, para a sinalização de um espaço de silêncio, de elipse; aponta para uma falta, para algo que não é dito. Uma falta intradiscursiva que pertence ao sujeito do discurso. Efeito de incompletude, ausência: esse é o funcionamento discursivo da interrogação, que, em um primeiro nível – o intradiscursivo – funciona como uma lacuna significante.

Falar em falta (ou em lacuna) não significa, no entanto, pensar em vazio, em ausência de significação. Pelo contrário, a falta é lugar de silêncio, de uma incompletude que pode ser objeto de uma reelaboração e de produção de sentidos que são construídos a partir de pistas presentes no próprio discurso e cruzados com outros sentidos. Esses outros sentidos estão presentes no interdiscurso, na memória discursiva. Paradoxalmente, portanto, esta interrogação aponta também um espaço de significação repleto de sentidos.

Relembro então as palavras de Orlandi (2001, p.116): “A pontuação serve para marcar divisões, para separar formações discursivas, para distribuir diferentes posições dos sujeitos na superfície textual. Elas indicam modos de subjetivação.”

É exatamente o que observamos em “Meu partido é o Rio Grande?”: a interrogação marca a divisão entre uma FD1 (de direita, do PMDB, de Sartori) e uma FD2 (de esquerda, do PT, anti-Sartori); é a forma material de o sujeito-autor do texto identificar-se com uma FD2, antagônica à FD1 de Sartori, e marcar sua posição-sujeito, contrária aos saberes produzidos na FD1.

Assim, a interrogação mobiliza o dizer do outro – Meu partido é o Rio Grande – e sinaliza o jogo entre formações discursivas antagônicas, na medida em que questiona tal afirmação. Temos, por conseguinte:



Em outras palavras: a) no slogan de Sartori, a afirmação revela um sujeito inscrito em uma formação discursiva de direita, do PMDB (FD1) e desqualifica o discurso atribuído a uma formação discursiva antagônica, de esquerda e do PT (FD2); b) no enunciado-título “Meu partido é o Rio Grande?”, a interrogação revela um sujeito inscrito em uma formação discursiva antagônica, de esquerda e do PT (FD2) e desqualifica o discurso da direita, do PMDB e do Sartori (FD1).

Este é, pois, o funcionamento da interrogação neste discurso: realizar um confronto entre formações discursivas, deslocando, transformando e refutando o(s) sentido(s) já posto(s) pela afirmação.

Considerações finais

Ao concluir esta reflexão, quero voltar às minhas questões iniciais, nas quais me propus a pensar sobre língua, pontuação e ensino a partir da perspectiva da Análise do Discurso, o que me levaria, conseqüentemente, a considerar também noções como as de leitura e interpretação.

Procurei demonstrar, com este trabalho, que todos esses conceitos podem ser tomados sob diferentes perspectivas teóricas e que a opção por uma ou por outra determinará os caminhos a serem trilhados.

Em termos de pontuação, por exemplo, assumir uma perspectiva discursiva significa tratá-la como lugar de leitura, de interpretação, de produção de sentidos.

O importante, portanto, na minha perspectiva, é o professor de língua ter consciência de questões como essas, é o professor questionar verdades aprendidas, crenças tão estabilizadas sobre língua, leitura, interpretação.

Quando se trata de ensino, é fundamental o profissional ter conhecimento das diferenças e dos limites entre perspectivas teóricas distintas. Mas também é preciso que, acima das disputas teóricas, muitas vezes movidas à vaidade ou ao desejo de demarcar território, todos tenham consciência de sua principal tarefa: ensinar língua, ensinar a ler, ensinar a interpretar.

Meu partido é o Rio Grande?

Concordo com Indursky (2010, p. 53), quando a autora lembra que as questões teóricas como as da Análise do Discurso (ou de uma concepção pragmática) não devem fazer parte dos programas de ensino das escolas, mas devem fazer parte da formação do professor de língua materna ou estrangeira. Serão esses conhecimentos que o tornarão capacitado a entender, por exemplo, que a concepção sistêmica de língua é apenas *uma* entre outras.

Afirma Indursky:

Só possuindo esse conhecimento é que o professor vai estar instrumentado para entrar em sala de aula e ajudar seus alunos a refletir sobre a língua, a interpretar os sentidos e efeitos de sentidos que decorrem de diferentes enunciados e textos. Enfim: só assim seus alunos saberão, por sua vez, usar a língua para produzir sentidos em suas diferentes atividades dentro e fora da escola. (INDURSKY, 2010, p. 54)

Pensar sobre questões de ensino a partir da Análise do Discurso significa, então, levar muito a sério a relação língua – leitura – interpretação.

Espero ter demonstrado que o sujeito, ao usar a língua, em sua materialidade, e ideologicamente determinado, produz sentidos que se cruzam com os sentidos de sujeitos também ideologicamente determinados e sob efeito da memória discursiva. É assim que se desenrola o processo discursivo da leitura e os diferentes gestos de interpretação. É assim que uma interrogação pode ser pensada, lida e interpretada para muito além do que nos permitiria um estudo tradicional.

Referências

CATACH, Nina. La Ponctuation. In: *Langue Française*, v. 45, fev. 1980, p. 16-27.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

FERNANDES, Jeferson. Meu partido é o Rio Grande? In: *Jornal Zero Hora*. Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/01/26/artigo-meu-partido-e-o-rio-grande>. Acesso em: 25 mai. 2015.

GADET, Françoise. La double faille. In: *Actes du Coloque de Sociolinguistique de Rouen*, 1978.

GRANTHAM, Marilei. *Da releitura à escritura: um estudo da leitura pelo viés da pontuação*. Campinas: Editora RG, 2009.

INDURSKY, Freda. Estudos da linguagem: língua e ensino. *Organon*, Porto Alegre, n. 48, 2010, p. 35-54.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo, 1999.

ORLANDI, Eni. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel (1969). Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990. Françoise

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990, p. 163-252.

Recebido em: 10/10/2017

Aceito em: 12/03/2018